

## O Discurso Como Estratégia de Luta Contra a Mercantilização da Água

Rafael Kruter Flores  
Professor Substituto  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Rua Washington Luiz, 855 – Centro  
90.010-460 – Porto Alegre-RS  
rafakf@portoweb.com.br

### Resumo

Os regimes burocrático-autoritários característicos dos governos militares na América Latina, nas décadas de 70 e 80, criaram um aparelho estatal ineficiente e permitiram o desmantelamento do Estado e a ascensão do discurso neoliberal, que prega a entrega dos serviços ao livre mercado. As políticas de água e saneamento na região seguiram o mesmo curso, entretanto, por meio de mobilizações sociais, muitas cidades, províncias e até mesmo países já reestatizaram os serviços e passaram a mobilizar esforços na busca de uma gestão participativa. Este ensaio é teórico (visa a conceber um referencial para compreender as lutas sociais) e empírico (é construído a partir da reflexão sobre uma realidade concreta). Foram escolhidos o Uruguai, a Argentina e a Bolívia porque estes países possuem casos que podem ser entendidos de forma articulada. Atualmente, o desafio que se coloca às empresas distribuidoras de água e saneamento é o de uma gestão participativa, ou seja, que seja controlada pela sociedade, pertencente ao Estado ampliado em Gramsci (1989). A partir de Foucault (2005), pode-se visualizar que o discurso da água como bem público emerge a partir das privatizações e organiza a sociedade para conquistar a hegemonia e transformar o Estado.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Recursos Hídricos. Mercantilização da Água.

### Abstract

The bureaucratic-authoritarian regimes characteristic of the military governments in Latin America in the 70s and 80s, have created an inefficient state apparatus and permitted the dismantling of the state and the rise of neoliberal discourse, which calls for delivery of services to competition. The politics of water and sanitation in the region followed the same path, however, through social movements, many cities, provinces and even countries have renationalize the services and started to mobilize in pursuit of a participatory management. This essay is theoretical (aims to develop a framework for understanding the social struggles) and empirical (it is built from the reflection on a concrete reality). It was chosen Uruguay, Argentina and Bolivia because these countries have cases that can be understood in a cohesive manner. Currently, the challenge for utilities of water and sanitation is the participatory management, i. e., that is controlled by the company, owned by the wide sense state in Gramsci (1989). From Foucault (2005), it can be seen that the discourse of water as a public good emerges from the privatization and organize the society to achieve hegemony and transform the state.

**Key-words:** Social Movements. Water Resources. Commodification of Water.

## 1. Apresentação

Nas décadas de 70 e 80 os regimes burocrático-autoritários característicos das ditaduras militares na América Latina<sup>i</sup> criaram um aparelho estatal ineficiente, estático e caro. Além disso, pavimentaram o caminho para o desmantelamento do Estado, permitindo a ascensão, no início da década de 90, de um discurso poderoso e hegemônico, cujos argumentos encontravam justificativa justamente nos problemas de gestão oriundos daqueles não saudosos tempos. O neoliberalismo i com o Consenso de Washington e, através das organizações internacionais de financiamento (OIFs), adquire uma força impressionante em quase todo o mundo, tornando-se a receita única pela qual um país, Estado, nação ou povo pode atingir o ‘desenvolvimento’.<sup>ii</sup>

Pressionados e amarrados por condicionalidades incluídas nos contratos de novos financiamentos e de refinanciamento da dívida, muitos governos nacionais, regionais ou locais na América Latina privatizaram seus serviços, muitas vezes de forma ilegal e por meios corruptos, entregando-os a empresas, na sua absoluta maioria, transnacionais. Os serviços transferidos incluem comunicação e telefonia, transporte aéreo e ferroviário, energia elétrica, recursos naturais como hidrocarbonetos, e, inclusive, o mais básico dos serviços do qual um ser humano depende: o abastecimento de água e saneamento.

Entretanto, um movimento que vai contra o fluxo das privatizações passou a mudar o curso das políticas de água na região. Por meio de mobilizações e lutas sociais, muitas cidades, províncias e até mesmo países já reestatizaram os serviços de água e saneamento e passaram a mobilizar esforços na busca de uma gestão participativa.

Este ensaio se concentra nas lutas contra-hegemônicas que ocorrem no Uruguai, na Argentina e na Bolívia, países cujas mobilizações não podem ser entendidas separadamente, indicando que nestas lutas existe a construção de um discurso compartilhado contra a privatização. Foram criadas redes de troca de informações e os membros e líderes das organizações se encontram e promovem eventos de intercâmbio. Além disso, a participação de acadêmicos, ativistas, membros de sindicatos e líderes comunitários em geral tem contribuído na disseminação do discurso contra-hegemônico entre as próprias organizações e entre a população nos locais em que estas atuam. Assim, pretende-se explorar a relação entre as lutas sociais e o discurso utilizado por elas.

Este ensaio é teórico-empírico. É teórico porque visa a conceber um referencial para compreender as lutas sociais contra a privatização dos serviços de água e saneamento, que tem contestado a hegemonia da privatização e promovido uma nova concepção de propriedade da água, baseada na afirmação de que a mesma pertence à população. É também empírico por ser construído a partir da reflexão sobre uma realidade concreta. Foram escolhidos o Uruguai, a Argentina e a Bolívia porque estes países possuem casos que podem ser entendidos de forma articulada.

Inicialmente, é feita uma contextualização das políticas na América Latina, dominadas pelo neoliberalismo que impôs a privatização de serviços de água e saneamento. Para compreender a hegemonia neoliberal e a centralidade do Estado nos processos sociais, o contexto é explicado pela teoria de Gramsci, basicamente pelos seus conceitos de Estado, sociedade e hegemonia.

Em seguida, são relatados dez casos de privatização e as mobilizações da sociedade levantadas contra as políticas. Aqui, o conceito de hegemonia é complementado por Woods (2003) que contextualiza o conceito de classe, tirando o foco das estruturas e colocando nas relações sociais, dando assim validade à teoria gramsciana.

Para entender o discurso da água como bem público, são explorados os conceitos de Foucault (2005), especialmente aqueles que vinculam o discurso com as práticas, ou seja, as

práticas discursivas em sua intrincada conexão com práticas não discursivas (reais e reflexivas). A subordinação da vida à lógica do capital (MÉSZÁROS, 2002) dá suporte à idéia de relações reais, e o discurso como estratégia (HARDY e PALMER, 1998) ajuda a compreender as relações reflexivas. Dentro deste quadro teórico, pode-se entender que o discurso não está desvinculado das determinações reais provocadas pela privatização e das práticas que as transformam, o que ele faz é lhes dar coerência e organizá-las.

## 2. O neoliberalismo e a privatização de serviços de água e saneamento

No início da década de 80 a redemocratização de vários países da América Latina abriu espaço para novos atores e transformou a dinâmica político-social dos países da região, aliviando as pressões pela democracia e pela participação política de vários setores da sociedade. Ao mesmo tempo, outra forma de dominação começou a surgir com as inovações técnicas e políticas de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA. O neoliberalismo é uma prática política que, através da supremacia do capital, tornou-se a forma hegemônica pela qual se alcança o desenvolvimento, e por isso mesmo não pode ser resumido a uma concepção teórica.

Relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) relações sociais fundamentais? Não há dúvida de quem elas seguem. Qualquer inovação orgânica na estrutura social, através de expressões técnicas e militares, modifica organicamente relações absolutas e relativas no cenário internacional também (GRAMSCI, 2005, p. 176).

A inovação do neoliberalismo é a demissão do Estado (BOURDIEU e WACQUANT, 2005) e a transferência dos serviços deste ao livre mercado, que com sua dinâmica de competição se encarregaria de prover o melhor e o mais barato para a sociedade.

Em Gramsci, entretanto, o Estado nunca pode se demitir, pois é a condensação de uma relação de forças. Por Estado, deve-se entender não somente o aparelho governamental, mas também o aparelho privado de afirmação do senso comum, de formação da consciência, enfim, de hegemonia: a sociedade civil (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). O Estado é, então, a soma das funções de domínio e hegemonia. *O Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados* (GRAMSCI, 1989, p. 87). Desta forma, quem avaliza a estratégia de hegemonia neoliberal é a classe dirigente, em permanente luta para obter e manter o consenso dos governados. Conceitualmente, o Estado é a soma da sociedade política com a sociedade civil, mas organicamente não se pode separar a sociedade do Estado.

A sociedade política é o âmbito do público, o político-jurídico, a coerção; a sociedade civil é o do privado, das relações “voluntárias”, a construção de consenso. Gramsci as considera em algumas passagens como dois planos superestruturais; a primeira corresponde ao Estado e ao “domínio direto” e a segunda à função de “hegemonia” (CAMPIONE, 2006, p. 4).

A hegemonia neoliberal não é uma forma política de dominação separada da sociedade, em que os governantes dominam os governados, mas uma prática que envolve e conta com o consentimento dos dominados.

Entretanto,

o neoliberalismo leva a uma concepção ideológica e a uma prática política profundamente autoritária na gestão das coisas públicas. É por isto que o dilema neoliberal não é entre o Estado e o mercado, como seus ideólogos

querem que seja, mas entre a democracia e o mercado. E seus agentes não hesitam em sacrificar o primeiro pela causa do segundo (BORON, 2005, p. 1).

O dilema neoliberal entre democracia e mercado, no que se refere a políticas de água, tem início na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992, realizada no Rio de Janeiro. Nesta oportunidade, as Nações Unidas aprovaram um documento com quatro princípios, que ficaram conhecidos como Princípios de Dublin. O quarto princípio é o que autoriza e justifica as privatizações:

A água possui valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico. Dentro deste princípio, é vital reconhecer primeiramente o direito básico de todos os seres humanos de terem acesso à água e ao saneamento a um preço acessível. O passado falhou ao não reconhecer o valor econômico da água e isso levou ao desperdício e a danos ambientais. Gerir a água como um bem econômico é uma forma importante de usá-la de forma eficiente e equitativa, e encorajar a conservação e a proteção (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 2006, p.1).

Assim, para evitar o desperdício e a contaminação, se determinou que a água deve ser dotada de valor econômico. Este princípio autoriza e justifica que os serviços sejam repassados ao livre mercado. Evidentemente, as OIFs, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a incluir a privatização de serviços de água e saneamento como condicionalidades para aportes financeiros.

Segundo Poupeau (2003), um dos motivos pelos quais a idéia se difundiu rapidamente é a pequena quantidade de atores que participam de suas formulações e orientações. Para se ter uma idéia, duas corporações transnacionais, *Suez* e *Veolia* (antes *Vivendi*), possuem cerca de 40% do mercado em que o serviço é privado, o que representa mais de 110 milhões de ‘clientes’ para cada, espalhados em 100 e 130 países, respectivamente. As poucas empresas, juntamente com as poucas OIFs, criaram o Conselho Mundial da Água, que promove o Fórum Mundial da Água, um evento destinado a difundir o discurso da privatização e organizar as ações de ‘desenvolvimento’. Além dos organismos de financiamento responsáveis pelo patrocínio e das empresas responsáveis pela operacionalização, deve-se acusar também os governos que avalizam, contratam e estimulam a nova política.

Por isso, Gramsci introduz uma noção ampliada de Estado, que transcende sua existência jurídico-política e inclui não somente os meios de produção ideológica que impõem uma visão de mundo, (igreja, partidos políticos, sindicatos), mas também a idéia de que este Estado jurídico-político deve ser absorvido pela sociedade civil, em uma luta de classes. *Por “Estado” deve entender-se, além do aparelho governamental, também o aparelho “privado” de “hegemonia” ou sociedade civil* (GRAMSCI, 1989, p. 147). As lutas pela reestatização da água são lutas que ocorrem dentro do Estado.

O Estado é soberano na medida em que é a própria sociedade organizada. Não pode ter limite jurídico: não pode ser limitado pelos direitos públicos subjetivos nem é possível dizer que se autolimita. O direito positivo não pode constituir limite ao Estado porque pode ser modificado pelo Estado, a qualquer momento em nome de novas exigências sociais, etc (GRAMSCI, 2000, p. 205).

É assim que os casos que constituem este ensaio transcendem os limites jurídicos e devolvem a gestão e a propriedade da água ao Estado. Para Petrella (2003a), a água é um bem natural comum, e por isso de propriedade do Estado. Este bem comum se torna um bem

O Discurso Como Estratégia de Luta Contra a Mercantilização da Água

econômico no momento em que a intervenção humana o transforma em produto ou serviço, pois neste momento a fonte antes natural passa a gerar custos.

A natureza proveu apenas a água, não os encanamentos. Mas aqueles que possuem os encanamentos e os vários outros bens operacionais e dirigem as estruturas institucionais, automaticamente assumem o controle sobre a água também (BLACK, 2004, p. 108).

Este controle sobre a água é o centro da discussão e das lutas que são o objeto deste artigo. A intervenção humana geradora de custos é a apropriação água, e pode ser privada ou pública.

### 3. As privatizações

A Argentina foi, talvez, o país que mais sofreu com a política neoliberal, tendo obedecido fielmente as condicionalidades determinadas pelo FMI, incluindo as privatizações, no período do governo de Carlos Menem. Com os serviços de água não foi diferente. A primeira concessão foi feita pelo governo na cidade de Buenos Aires, em 1993. Em 1995 o governo provincial de Santa Fe<sup>iii</sup> concedeu os serviços de 15 cidades desta província. No mesmo ano foram concedidos os serviços da província de Tucumán. Em 1997, além da cidade de Córdoba na Argentina, La Paz, capital da Bolívia, e sua vizinha El Alto, tiveram seus serviços concedidos. Em 1998 é a vez do Uruguai, cujo governo concede parte da província de Maldonado. No ano de 1999, o serviço em Cochabamba na Bolívia é privatizado, e em 2000, outra parte de Maldonado e a província de Buenos Aires. A seqüência de privatizações está resumida na tabela abaixo, com o ano e as empresas beneficiadas. A metade das concessões foi para o grupo *Suez*.<sup>iv</sup>

Tabela 1 – Privatização e reestatização

<b>Local</b>	<b>Privatização</b>	<b>Reestatização</b>
Buenos Aires	1993 - <i>Suez</i>	2006 - Decreto
Santa Fe	1995 - <i>Suez</i>	2005 - Rescisão por parte da <i>Suez</i>
Tucumán	1995 - <i>Vivendi</i>	1998 - Rescisão por parte da <i>Vivendi</i>
Cordoba	1997 - <i>Suez</i>	Ainda não ocorreu
La Paz e El Alto	1997 - <i>Suez</i>	2005 - Decreto
Maldonado	1998 - <i>Suez</i>	2005 - Decreto
Cochabamba	1999 - <i>Bechtel</i>	2000 - Decreto
Buenos Aires	1999 - <i>Enron</i>	2002 - Falência da <i>Enron</i>
Maldonado	2000 - <i>Aguas de Bilbao</i>	2005 - Decreto
Buenos Aires	2000 - <i>Impregilo</i>	2006 - Decreto

Fonte: elaborada pelo autor.

### 4. As mobilizações sociais

Em 1995, os moradores de Tucumán, na Argentina, não aceitaram o aumento imediato de tarifas, em uma média de 104%, praticado pela transacional *Vivendi*<sup>v</sup>, e iniciaram um boicote às contas de água. Originado no interior da província, o movimento de desobediência civil se estendeu por sete cidades, que formaram inicialmente uma Comissão e, posteriormente, a *Asociación en Defensa de Usuarios y Consumidores de Tucumán* (ADEUCOT). Em 1996 o governo provincial apresentou um pedido de sanções contra a empresa por contaminação de água. Em 1998 a empresa não suportou a pressão e a situação provocada pelo não pagamento das tarifas e se retirou (GIARRACA, 2006).

Um ano depois, uma forte mobilização social acabou deflagrando uma guerra civil em Cochabamba, no ano 2000, episódio conhecido como a guerra da água. Uma das lutas sociais

provocadas pela privatização de água que mais foi reprimida pelo governo, a mobilização foi centralizada na *Coordinadora en Defensa del Agua y de la Vida* (CDAV), uma organização formada por diversos setores da sociedade em diferentes regiões, orientações políticas, atividades econômicas etc. A CDAV liderou uma revolta popular contra a política imposta pelo Banco Mundial, que dentre outras determinações incluía um aumento de tarifas que em alguns casos ultrapassou os 300%, e até a proibição de coletar água da chuva. Após meses de luta nas ruas de Cochabamba, pelo menos uma morte e muitos confrontos com a polícia, a empresa *Bechtel*, formada com capital norte-americano, espanhol e boliviano, deixou a concessão (CRESPO, 2005; VARGAS, 2005).

O caso de Cochabamba se tornou um símbolo da luta contra a mercantilização da água na América Latina e em todo o mundo, passando a ser utilizado como referência para outras organizações que viriam a iniciar a luta em seus contextos locais, principalmente no Uruguai e em La Paz e El Alto.

Voltando à Argentina, uma série de mobilizações isoladas na província de Santa Fe culminou na formação, em 2002, da *Asamblea Provincial por el Derecho al Agua* (APDA), uma organização também plural e de atuação regional que discute diversos problemas causados pela concessão do serviço para o grupo *Suez*. Inicialmente pouco visível e desconsiderada pela política oficial, a APDA utilizou como estratégia contra-hegemônica a realização de um plebiscito nas 15 cidades que tinham o serviço privatizado. Com o esforço de militantes e voluntários, foram recolhidas 260 mil assinaturas, das quais a grande maioria votou pela rescisão do contrato. A partir deste episódio, tanto os meios de comunicação de massa quanto o governo provincial passaram a dar mais atenção para os problemas que eram apontados até que, em 2005, mesmo contrariando a vontade do governo local, a empresa rescinde o contrato.

O caso de Santa Fe já mostra a existência de uma articulação internacional, pois a APDA contou com informações oriundas de organizações de outros países sobre pedidos de crédito da empresa *Suez*, o que lhes permitiu contestar a falta de investimentos na província. Alberto Muñoz, integrante da APDA, afirma:

Nós começamos um processo de integração não somente nacional, mas internacional, trazendo gente do *France Libertes*, da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), participando dos Fóruns, etc., com os quais incorporamos uma visão que até este momento não tínhamos, de que havia outros modelos, de que 95% dos brasileiros e canadenses e 99% dos japoneses têm empresa pública. Com exceção da Inglaterra e França, a grande maioria dos europeus tinha empresa pública.<sup>vi</sup>

No Uruguai, as experiências com privatização de serviços de água e saneamento começaram (e também terminaram) na província de Maldonado. A parte leste do arroio Maldonado foi concedida em 1993 a uma empresa nacional, mas em 1998 a concessão foi transferida à *Suez*, que aumentou as tarifas e o valor da conexão com o sistema a um preço que os moradores não podiam pagar. Uma mobilização, que começou de forma local com uma associação de moradores, se estendeu em 2000 quando foi concedida a parte oeste da província à espanhola *Aguas de Barcelona*. Frente à ameaça de que o serviço de todo o país, ou pelo menos das províncias mais rentáveis, fosse privatizado, a luta antes localizada passou a contar com o sindicato dos funcionários da empresa estatal de água e com uma organização ambientalista. A partir daí, várias outras organizações da sociedade se incorporaram à luta e formaram, em 2002, a *Comisión Nacional en Defensa del Agua y de la Vida* (CNDAV). Utilizando um mecanismo da legislação uruguaia que permite a proposição de plebiscitos, a CNDAV propôs uma reforma para incluir na Constituição a água como um bem público que

só pode ser distribuída pelo Estado. Em outubro de 2004, a reforma foi aprovada por 65% da população uruguaia.

Santos et al. (2006, p. 130), comentando a formação da CNDAV, afirma a importância da participação das organizações que inicialmente formaram a CNDAV no Fórum Social Mundial de 2002, que lhes permitiu *intercambiar experiências e informação com outras organizações e movimentos protagonistas da resistência à apropriação privada de água*. Já a semelhança do nome da organização com a de Cochabamba não é mera coincidência.

Ali a *Coordinadora em Defensa del Agua y de la Vida* havia conseguido, através de mobilização e resistência, a expulsão da multinacional de origem norte-americana *Bechtel*, que havia privatizado os serviços de água potável da populosa cidade boliviana. Esta inspiradora resistência levou a que organizações uruguaias decidissem batizar-se com o mesmo nome, dando lugar assim à *Comisión Nacional em Defensa del Agua y de la Vida* (SANTOS et al., 2006, p. 131).

Em La Paz, a concessão foi feita em 1997, novamente para a empresa *Suez*. El Alto, a cidade vizinha pobre da capital La Paz, não recebeu nenhum investimento por parte da empresa, que por sua vez se queixava de que os ‘clientes’ de El Alto não consumiam água e assim a empresa não obtinha receita. Em 2004, a *Federación de las Junta Vecinales de El Alto* (FEJUVE), uma organização que já existia anteriormente à privatização, iniciou uma greve geral na cidade e fechou diversas estradas dentro e fora de El Alto, parando inclusive o aeroporto de La Paz. As mobilizações contaram com participação massiva da população e, em poucos dias, representantes da FEJUVE demandaram do Presidente a expulsão da empresa, objetivo atingido por um decreto presidencial em 2005 (CALERO, 2006; CHAVEZ, 2006).

O último caso de privatização aqui comentado ocorreu também em 1997, na cidade de Córdoba, na Argentina. Entretanto, até outubro de 2006, este ainda não havia tido um desfecho. Os promotores da privatização em Córdoba fizeram fortes pressões aos funcionários da empresa estatal (que incluíram até mesmo cartas com chantagens às famílias) antes contrários à privatização, mas que acabaram cedendo com a falta de opções. Dentre os não-cumprimentos da empresa *Suez* estão problemas de contaminação da água, dolarização em vez de baixa nas tarifas, diminuição de pressão na rede, e outros. Apesar de todos estes problemas, o governo provincial aceitou um pedido de renegociação de contrato pelo qual a empresa solicitava a eliminação de multas por não-cumprimentos, eliminação de compromissos futuros de investimentos, garantia de reembolso por parte do Estado para o caso do não atingimento do faturamento previsto, dentre outros absurdos. Em maio de 2005 se formou a *Comisión Popular por la Recuperación del Agua* (CPRA), que iniciou uma campanha pelo rádio denunciando as irregularidades da empresa. Apesar de pouco apoio popular, propôs o não pagamento das tarifas, ação que não surtiu efeito. Porém, o aumento tarifário de fevereiro de 2006, que foi de 100% a 500%, fez com que os usuários comesçassem a se indignar e, com o apoio da CPRA, organizassem assembléias e protestos em vários bairros da cidade. Finalmente, em abril de 2006, a empresa abandonou a concessão (GRINGO, 2006). Os serviços de água na cidade seguem privatizados, mas desta vez com capital nacional.

A CPRA conta com o apoio de diversos membros das organizações que em seus contextos locais conseguiram reverter a privatização de serviços de água, e inclusive articula a luta pela reestatização com outros temas, como afirma Luís Basán, membro da CPRA.

Articulamos com organizações populares da região, e com países como Peru e Venezuela, um encontro de alternativas em defesa da água, da terra e do meio ambiente. Participarão companheiros que estiveram na “guerra da água” na Bolívia, companheiros que protagonizaram o plebiscito no Uruguai para a estatização da água, a *Asamblea de Gualaguaychú* que está lutando

contra as *papeleras*, e companheiros do Brasil, Paraguai e Chile. Exigiremos uma política de estado articulada para o Mercosul que elimine este tipo de ação de gerentes de negócios privados, como está ocorrendo com o governo da província de Córdoba (BASÁN, 2006, p. 1).

Apesar de suas particularidades, todas as mobilizações relatadas possuem uma característica em comum: grupos que organizam e mobilizam a sociedade para enfrentar a hegemonia neoliberal, por meio de uma contra-hegemonia. Para Gramsci (2005, p. 57), hegemonia é a direção intelectual e moral que leva uma classe do particularismo ao universalismo, dirigindo outros grupos sociais. Aqui surge a distinção entre domínio e direção intelectual e moral. *Um grupo social domina os grupos antagonísticos que tende a 'liquidar' ou a submeter inclusive com forças armadas; e deve exercer liderança antes de ganhar o poder governamental.* Hegemonia não é dominar o adversário, mas dirigir o aliado. Segundo Woods (2003, p. 96), para Thompson

Hegemonia não quer dizer dominação por uma classe e submissão por outra. Ao contrário, ela incorpora a luta de classes e traz a marca das classes subordinadas, sua atividade e sua resistência. Sua teoria de classe, com ênfase no processo de formação de classe, pretende permitir o reconhecimento de formas “imperfeitas” ou “parciais” de consciência popular como expressões autênticas de classe e de lutas de classes, válidas nas suas circunstâncias históricas ainda que “erradas” da perspectiva de desenvolvimentos posteriores ou ideais.

O conceito de classe deve ser aqui problematizado, pois os grupos que dirigem intelectual e moralmente a sociedade, nos casos analisados, são formados por gente de diferentes atividades: pequenos comerciantes, profissionais liberais, representantes de associações de bairros, acadêmicos, operários, etc. Não são apenas atividades diferentes, mas muitas vezes marcadas pela desigualdade social. Como considerar que uma organização represente uma classe quando, dentro da própria organização, existe desigualdade entre seus membros? Para Woods (2003), *o foco está na relação social em si, na dinâmica da relação entre apropriadores e produtores, nas contradições e nos conflitos que explicam os processos históricos e sociais; e a desigualdade não tem valor teórico* (WOODS, 2003, p. 73).

A autora rompe com o conceito tradicional que vincula a classe às estruturas produtivas, pois estas não conseguem explicar de que forma pessoas que *compartilham uma experiência comum de relações de produção, mas não estão unidas pelo mesmo processo de produção, chegam a se comportar como classe* (WOODS, 2003, p. 91). Desta vez, se deve problematizar as relações de produção, afinal, está em questão aqui a privatização de um serviço, e não da produção de um bem. A água, por ser um bem público e por isto pertencente ao Estado, ao ser apropriada e convertida em uma mercadoria que provê lucros a um ente privado, torna-se uma forma de apropriação do capital.

Classe implica uma ligação que se estende além do processo imediato de produção e do nexa imediato de extração, uma ligação que engloba todas as unidades particulares de produção e de apropriação. As ligações e oposições contidas no processo de produção são a base da classe; mas a relação entre pessoas que ocupam posições semelhantes na relação de produção não é dada diretamente pelo processo de produção e de apropriação (WOODS, 2003, p. 89).

Esta relação é dada pelo conceito de experiência, que indica que as estruturas objetivas têm efeitos sobre a vida das pessoas. *É no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e, com ela, a disposição de agir como classe* (WOODS, 2003, p. 89). Assim, a autora, baseando-se em Thompson, coloca em relação os efeitos das estruturas sobre

O Discurso Como Estratégia de Luta Contra a Mercantilização da Água

a vida das pessoas e a consciência social que forma uma classe, para explicar que classe não pode ser entendida somente nas relações produtivas estruturadas. Em busca de respostas para a questão sobre como se produzem relações de classe entre pessoas que não estão reunidas no processo de produção, a autora desenvolve as formulações de E. P Thompson nas suas reflexões sobre a gênese da classe operária inglesa. Nessa perspectiva, avança na concepção de classe como processo. Ou seja, *as formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas 'vivem' e 'trabalham' suas situações de classe. É nesse sentido que a luta de classes precede a classe.* (WOOD, 2003, p. 76) Nesse sentido, pode-se considerar os grupos analisados como organizações de classe em luta pela conquista da hegemonia.

Gramsci (2005) afirma que as relações de força na sociedade passam por três momentos ou níveis. O primeiro deles é totalmente vinculado às estruturas, e por isso é independente da vontade humana, ou seja, as relações são totalmente determinadas pelas forças materiais de produção. Em um segundo momento, existe inicialmente uma organização restrita ao nível econômico-corporativo, quando mesmo dentro de uma classe os grupos estão separados por interesses corporativos. Essa organização passa a um nível de solidariedade de interesses, quando membros da mesma classe se unem por interesses comuns. No entanto, somente quando os interesses corporativos transcendem os limites das classes eles podem e devem ser os interesses das classes subordinadas, e assim uma classe se torna dirigente e possui hegemonia.

A classe dirigente é representada aqui por pessoas que se organizaram e se tornaram hegemônicas em seus contextos locais, afirmando um discurso contrário ao da privatização: a água é um bem público. Tal discurso permitiu que as diferentes organizações se articulassem entre si, potencializando a contra-hegemonia. A partir daqui, devemos procurar compreender de que forma o discurso emerge, articula as lutas e transforma a realidade.

## 5. O discurso da água como bem público

Foucault (2005), em *A Arqueologia do Saber*, busca encontrar o princípio de constituição, as condições de aparecimento e as regras que permitem a formação de discursos. Deve-se, inicialmente, compreender o conceito de formação discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (...). Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2005, p. 43).

A regularidade é visível nos casos, seja quanto aos objetos (políticas públicas, água como recurso, investimentos), quanto aos tipos de enunciação (palavras de ordem contra empresas transnacionais), quanto aos conceitos (evidentemente dotados de uma conotação político-ideológica, contra a exploração pelo capital internacional) ou às escolhas temáticas.

O que é, então, um objeto? Ele é parte de uma formação discursiva? Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, mostrar onde podem surgir os discursos. O que o autor chama de *superfície primeira de emergência* são as condições de emergência do discurso. Em

segundo lugar, se deve definir as *instâncias de delimitação*, descobrir quem define o objeto e delimita o discurso e, evidentemente, aquele que delimita está investido de autoridade, reconhecimento. Por fim, o autor afirma que se devem analisar as *grades de especificação*, ou seja, os sistemas pelos quais são classificados, separados e associados os objetos do discurso (FOUCAULT, 2005).

Entretanto, para o autor, essa descrição seria insuficiente, pois os campos de diferenciação (superfície primeira de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação) não fornecem os objetos prontos para que o discurso somente tenha que classificá-lo, separá-lo e associá-lo: não pode existir um sujeito que define o objeto e delimita o discurso, de forma autônoma. Além disto, a descrição é insuficiente porque não considera as relações que ocorrem entre os três planos de diferenciação assinalados para descrever o discurso. A formação discursiva *é assegurada ainda mais por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação* (FOUCAULT, 2005, p. 50). Ou seja, mais do que determinar os planos de diferenciação, descrever um discurso é encontrar as relações entre eles. A partir do momento em que os serviços de água foram reestatizados pelas lutas sociais, entende-se que, segundo a teoria de Foucault (2005), os objetos da formação discursiva são as políticas públicas que consideram que a água deve ser distribuída pelo Estado.

Foucault (2005, p. 50) conclui que o objeto existe sob as condições positivas de um feixe completo de relações, e que essas relações *não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos*. As condições criadas por um feixe de relações permitiram o aparecimento ou a concretização de novas políticas. As relações entre as instâncias de emergência, delimitação e especificação do objeto não definem este objeto, sua constituição interna, mas sim sua exterioridade, sua relação com outros objetos. O discurso da água como um bem público não é condição de existência das políticas que devolvem os serviços para o Estado, mas a condição da existência destas políticas enquanto parte de um feixe de relações, que é a formação discursiva. Mas que relações são essas? Aqui aparece a distinção que o autor faz, e que é fundamental, entre as relações primárias, secundárias e discursivas.

Foucault (2005) afirma que existem relações – e não objetos – que independem de qualquer discurso, as relações primárias ou reais, entre instituições, técnicas, formas sociais, etc., *relações analisáveis em si mesmas* (FOUCAULT, 2005, p. 51). Além destas, existem as relações secundárias, ou reflexivas, que podem estar formuladas no próprio discurso. As relações secundárias são reflexivas porque refletem em um discurso as determinações reais, como o exemplo citado pelo autor:

o que os psiquiatras do século XIX puderam dizer sobre as relações entre a família burguesa e a criminalidade não reproduz, sabemos bem, o jogo das dependências reais; mas não reproduz tampouco o jogo das relações que tornam possíveis e sustentam os objetos do discurso psiquiátrico (FOUCAULT, 2005, p. 51).

As relações que sustentam os objetos do discurso são as relações discursivas, que não conectam dentro do discurso conceitos e palavras, mas tampouco limitam o discurso a partir de uma exterioridade, definindo o que deve ser enunciado.

Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais e tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso

utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2005, p. 52).

O discurso da água como bem público deve efetuar certas relações, primárias ou secundárias, organizadas pelas relações discursivas, ou seja, na teoria foucaultiana,

o discurso unifica todo o sistema de práticas, e é apenas em termos desta unidade discursiva que os vários fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e pedagógicos se juntam e funcionam de forma coerente (DREYFUS e RABINOW, 1982, p. 65).

Não se pode compreender a relação entre discurso e prática como uma via de mão única, e nem determinar a ordem de ocorrência entre objetos, práticas e discurso. É exatamente por isso que Foucault (2005) utiliza os conceitos de relações primárias, secundárias e discursivas: o termo “relações” indica que a existência de um objeto, de uma prática e do discurso que lhes dá coerência, é simultânea. As relações primárias e secundárias correspondem às práticas não discursivas, as relações discursivas correspondem às práticas de mesmo nome. Segundo Dreyfus e Rabinow (1982, p. 67), somente quando Foucault abandona a idéia de que o discurso tem certa prioridade, *ele pode descobrir o domínio legítimo do funcionamento das práticas discursivas, e dar conta do fato de que o discurso ao mesmo tempo é dependente de e influencia as práticas não discursivas a que “serve”*.

Enfim, para Foucault (2005) o discurso não está nem à frente e nem atrás das práticas, ele depende das relações reais e reflexivas e, ao mesmo, tempo as transforma.

Para melhor compreender o caso analisado à luz da teoria de Foucault, será necessário o aporte do materialismo de Mészáros (2002), cuja teoria auxiliou, em outro artigo (FLORES, 2006), a compreender a guerra da água em Cochabamba. As relações primárias, ou reais, são relações sociais que independem de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2005). Mészáros (2002) explica de que forma a mercantilização da água subordina a vida humana à lógica do capital.

## 6. As relações reais de subordinação

Para Mészáros (2002), o sistema capitalista é um sistema de controle sociometabólico que submete tudo o que há na terra aos seus critérios de validade e viabilidade. Para explicar esta submissão, o autor afirma que existem interações do homem com a natureza, são as mediações primárias de reprodução sociometabólica:

- 1) os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza – e [...]
- 2) eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie à qual pertencem [...] num intercâmbio *não-mediado* com a natureza - como fazem os animais -, regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais complexo que seja esse comportamento instintivo dos animais (MÉSZÁROS, 2002, p. 212; grifo do autor).

A sobrevivência do ser humano está condicionada aos relacionamentos estruturais capazes de exercer as mediações primárias. Estes imperativos de mediação primária são produzidos pela regulação da atividade reprodutora biológica, pela regulação dos processos de trabalho, pelo estabelecimento de relações adequadas de troca, pela organização, coordenação e pelo controle das atividades que asseguram os requisitos materiais e culturais de reprodução sociometabólica, além de depender da alocação racional dos recursos humanos e materiais

disponíveis e da promulgação de normas e regulamentos. Nenhum desses imperativos exige hierarquias estruturais de dominação e subordinação, mas a ordem de reprodução sociometabólica do capital está assentada nesta lógica, pois é

um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 189).

Assim, para o autor, no momento em que uma empresa coloca seus objetivos de lucro entre a população e suas mediações primárias de reprodução, está fazendo o papel da mediação secundária que, nos casos analisados, atingiram o limite da subordinação ameaçando as mediações primárias, ameaçando a própria reprodução da vida. Estas são as relações primárias ou reais de Foucault (2005).

Dentro dessa teoria, as pessoas submetidas a tal subordinação, com suas vidas ameaçadas, não teriam outra opção a não ser lutar contra a privatização que lhes tirou o bem mais essencial. Poderia ser argumentado, então, que em qualquer circunstância a privatização dos serviços de água levaria, necessariamente, a mobilizações e lutas sociais pela água como bem público, o que não ocorre. É verdade que a privatização em Cochabamba foi uma das mais cruéis que ocorreram, motivo pelo qual poderia ser também argumentado que as mobilizações estão em proporção inversa ao acesso à água, mas este argumento excluiria toda a capacidade organizativa da sociedade bem como a existência de um discurso que articule diferentes lutas.

Deixando em suspenso as relações primárias ou reais, devemos agora tentar compreender melhor as relações secundárias, ou reflexivas, que não reproduzem nem as circunstâncias reais independentes de qualquer discurso, nem as relações discursivas. Aqui, será fundamental a idéia de discurso como um recurso estratégico, desenvolvida por Hardy e Palmer (1998).

## 7. As relações reflexivas e o discurso como estratégia

*As relações secundárias são aquelas em que sujeitos ativos reflexivamente definem seus próprios comportamentos* (DREYFUS e RABINOW, 1982, p. 63).

Invertendo a concepção de estratégia na perspectiva discursiva, Hardy e Palmer (1998) buscam entender de que forma o discurso pode ser utilizado como estratégia. Para isso, analisam o caso de uma ONG e desenvolvem um modelo de três circuitos discursivos: atividade, desempenho e conectividade. No primeiro circuito, de atividade, *os indivíduos buscam introduzir novos enunciados que irão conectar os objetos a conceitos particulares* (HARDY e PALMER, 1998, p. 10). Os conceitos aqui apresentados podem se referir a diferentes objetos, como o recurso água (bem comum, bem público, direito fundamental, etc.), ao Estado (no conceito gramsciano, inclui a sociedade civil), aos recursos (os investimentos em serviços básicos devem ser públicos). Aqui podem ser utilizados símbolos, histórias e metáforas, como uma publicação que relata uma série de casos envolvendo a privatização na América Latina que, em alusão à obra *As Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, foi denominada *As Torneiras Abertas da América Latina* (CASA BERTOLD BRECHT, 2006).

O segundo circuito, o do desempenho, é o que fará com que outros atores sejam envolvidos no e pelo discurso.

Isto ocorre quando a atividade discursiva está embasada em um contexto no qual conceitos relevantes têm significados; quando a posição de sujeito daquele que enuncia garante voz; e quando os símbolos usados possuem receptividade entre os atores apropriados (HARDY e PALMER, 1998, p. 10).

Esse circuito está baseado nos três campos de diferenciação de Foucault (2005) e é fundamental para entender o processo de articulação entre as diferentes lutas contra a privatização em seus diferentes contextos. Em que contexto um conceito relevante tem significado? Quando a posição daquele que enuncia tem voz garantida, ou legitimidade? O que faz com que os símbolos utilizados tenham receptividade? Estas perguntas ajudam a compreender tanto o processo de luta e a hegemonia alcançada pelas organizações que lutaram em seus contextos específicos como a utilização de um discurso único por cada uma destas organizações. Para tanto, devemos voltar às relações reais de Foucault (2005) e aos argumentos de Mészáros (2002): somente quando a realidade concreta apresenta relações reais de subordinação os conceitos do discurso terão legitimidade, os sujeitos terão voz e os símbolos terão receptividade.

É assim que, através de conceitos que encontram significados em diferentes contextos, o discurso da água como bem público adquire receptividade entre vários atores, articulando as diferentes organizações em seus diferentes contextos, seja por troca de informações em eventos que reúnem pessoas de diversos países em torno ao tema, seja em páginas na internet ou listas virtuais de discussão.

O primeiro desses eventos pode ser considerado o Fórum Social Mundial (FSM), já citado por Santos et al. (2006) como fundamental na formação da CDAV. O FSM, iniciado em Porto Alegre, em 2001, se espalhou pelo mundo em versões regionais, temáticas, globais e policêntricas.

O já comentado Fórum Mundial da Água, um evento promovido pelos patrocinadores da privatização, iniciou em 1997 na cidade de Marraqueche no Marrocos, e acabou por se tornar um encontro fundamental para a articulação contra-hegemônica nas outras edições, em 2000 e 2003, pois diversas organizações que lutam contra a privatização se reuniam para protestar contra a política e a lógica que dominava as discussões nestes eventos.

Assim, no ano de 2003, 54 organizações de 16 países americanos se reuniram em San Salvador e lançaram uma campanha pela água como bem público e direito humano fundamental. Maria Selva, integrante da CDAV, comenta a criação da *Red Vida*.

A criação da *Red Vida* é também produto dos movimentos sociais que foram a Kioto boicotar o 3º Fórum Mundial da Água em 2003, que foram também ao Fórum Social Mundial da Índia, em Nova Delhi e Mumbai. Ali, sentimos que dentro de todo o movimento mundial que existe na África, na Ásia, nos EUA e na Europa, nós latino-americanos tínhamos uma particularidade a mais do que o idioma, e nos custava muito pouco comunicarmos. <sup>vii</sup>

Fazem parte da *Red Vida* todas as organizações citadas neste artigo, e muitas outras de diversos países. Além da *Red Vida*, foram criadas diversas páginas de internet destinadas a disseminar informação, artigos e eventos, e vários acadêmicos estão engajados na luta contra a privatização de serviços de água não somente na América Latina, mas no mundo, buscando formas de contribuir com as organizações que estudam.

Já em 2006, segundo Santos et al. (2006), ocorreram dois fatos importantes para a consolidação de um movimento global em defesa da água como bem público: a elaboração de uma declaração comum entre várias organizações americanas e européias que promove alternativas públicas à privatização, no Fórum Mundial de Caracas; e a realização do Fórum Internacional em Defesa da Água, na cidade do México, em paralelo ao Fórum Mundial da

Água. Além disso, a declaração elaborada em Caracas foi levada para as discussões do Fórum Mundial da Água no México pelo Ministro de Águas da Bolívia, um ex-dirigente da FEJUVE, indicando que as mobilizações iniciadas na sociedade em um contexto local chegaram à mesa dos formuladores da política para contestá-la de perto.

Aqui já estamos no terceiro circuito de Hardy e Palmer (1998), o de conectividade, quando

novas posições de sujeito e práticas emergem e o discurso sedimenta em práticas e retóricas usuais. Desta forma, discursos dominantes são contestados, deslocados, transformados, modificados ou reforçados, alterando assim o contexto para futuras atividades discursivas (HARDY e PALMER, 1998, p. 10).

Com relação a novas práticas, poder-se-ia argumentar que se estava lutando por voltar às mesmas práticas utilizadas antes das reformas neoliberais, quando os serviços eram oferecidos pelo governo. Porém, as lutas e o discurso da água como um bem público não pretendem voltar ao que era antes, e sim eliminar o capital privado dos investimentos e a ineficiência de um governo dominado pela burocracia, como afirma Guillermo Lanfranco, diretor de relações públicas da hoje estatal *Aguas Santafesinas*, de Santa Fe, na Argentina.

O atual sindicato disse uma vez que nós temos que superar o que era a empresa estatal anterior e o que foi a empresa privada. Precisamos ter a consciência social do Estado com a capacidade de gestão privada. Essa é a síntese na qual se quer chegar.<sup>viii</sup>

Isso não significa que a gestão dos bens públicos deve ser feita da mesma forma que a gestão dos bens privados, e sim que a empresa pública que nasce das lutas sociais e do discurso contra-hegemônico deve se voltar para atender as demandas sociais de forma eficiente e em bases sustentáveis, tanto do ponto de vista econômico como ambiental.

Portanto, as relações reflexivas permitem compreender as práticas vinculadas à estrutura, seja para conservá-la ou para transformá-la. As transformações aqui analisadas não podem ser compreendidas somente do ponto de vista das relações reais de subordinação (pelo argumento já colocado que em qualquer situação de privatização haveria uma mobilização) ou das relações reflexivas estratégicas (simplesmente porque estas são dependentes das primeiras). A única forma de compreender as duas relações é pelas relações discursivas, que lhes dão coerência. Ou seja, as lutas sociais que derrubaram a privatização não ocorreriam e não teriam sentido para alguém que desconhece a afirmação “a água é um bem público”.

## 8. Considerações finais

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de “hegemonia”. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e, por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente (GRAMSCI, 1989, p. 183).

É assim que o dilema colocado por Boron (2005) entre democracia e mercado encontra uma possibilidade de solução. Tanto a economia (pela eliminação de investimentos especulativos em serviço básicos), como a legislação (pela inclusão de argumentos de sustentabilidade e participação), favoreceram a passagem de grupos dirigidos a grupos dirigentes, priorizando a dinâmica democrática.

Nesse ponto devemos recordar o depoimento de Lanfranco (2006), que coloca como desafio às empresas, agora pertencentes ao Estado, uma gestão que atenda às demandas sociais na direção da democracia. A alternativa ainda não foi encontrada, mas está em processo. Mais do que favorecer a passagem de grupos dirigidos a grupos dirigentes, o movimento democrático observado nos casos que culminaram com a reestatização dos serviços de água revela também uma mudança na concepção de Estado. No período que precedeu o neoliberalismo, os serviços eram públicos mas fundamentalmente controlados e centralizados no governo. Atualmente, o desafio que se coloca às empresas distribuidoras de água e saneamento é o de uma gestão participativa, ou seja, que seja controlada pela sociedade, pertencente ao Estado, mas no conceito ampliado de Estado em Gramsci (1989, 2000, 2005).

A contribuição do conceito de discurso em Foucault (2005) se torna essencial para compreender os movimentos da sociedade no contexto atual, em que muitos países procuram formas para se reerguer depois do golpe neoliberal. Evidentemente, os serviços de água e saneamento são apenas uma parte do vasto campo que é a política. No entanto, talvez por ser o bem mais básico, o mais essencial, o de que todos os seres dependem, a água não admita subordinação e a sociedade não permita sua mercantilização, ativando o “sistema hegemônico”. Aqui está a contribuição da teoria de Mészáros (2002): definido o real, as “relações analisáveis em si mesmas”, pode-se compreender aquilo que Foucault (2005) chama de relações reflexivas, práticas sociais que emergem a partir de, e que transformam uma realidade concreta. Hardy e Palmer (1998) sistematizam estes conceitos afirmando que tais práticas são conscientes e podem ser utilizadas como estratégia. Somente compreendendo estas relações se compreende o que é o discurso para Foucault (2005), e somente assim, pode-se visualizar que o discurso da água como bem público emerge a partir das privatizações e organiza a sociedade para conquistar a hegemonia e transformar o Estado.

### Referências bibliográficas

BAZÁN, Luis. El negocio millonario de la gestión del agua en manos privadas. **Amigos de la tierra**. Disponível em <<http://www.amigos.org.ar/index.php?q=node/133>>. Acesso em 11 out. 2006.

BLACK, Maggie. **The no-nonsense guide to water**. London: Verso, 2004. ISBN 1-84467-509-2.

BORON, Atilio A.. After the Sacking: Latin American Capitalism at the Beginning of the XXI Century. Em: **Politics and Social Movements in an Hegemonic World: Lessons from Africa, Asia and Latin America**. Boron, Atilio A.; Lechini, Gladys. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Junio. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politics/Boron.rtf>. Acesso em 19 out. 2006.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. O Mistério do ministério – Pierre Bourdieu e a política democrática. Loïc Wacquant (Org.). Rio de Janeiro: REVAN, 2005.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.  
CALERO, Paulo S. Dignidade, água potável e esgoto em El Alto. **A nova democracia**. Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/2419.htm>>. Acesso em 11 out. 2006.

CAMPIONE, Daniel. **Algunos términos utilizados por Gramsci**. Disponível em <<http://misioncultura.minamb.gob.ve/descarga/01/desc55.pdf>>. Acesso em 19. out. 2006.

CASA BERTOLD BRECHT. **Las canillas abiertas de América Latina**. Disponível em [http://boell-latinoamerica.org/download\\_es/Lascanillasabiertas.pdf](http://boell-latinoamerica.org/download_es/Lascanillasabiertas.pdf) 2006. Acesso em 19 out. 2006.

CHAVEZ, Walter. A efervescência popular boliviana. **Le monde**. Disponível em <<http://dipl.uol.com.br/2005-03,a1078>>. Acesso em 11 out. 2006.

CRESPO, C. Continuidad y Ruptura: la “Guerra del Agua” y los nuevos movimientos sociales en Bolivia. **Revista del Observatorio Social de America Latina**, n. 2. 2000. Disponível em <<http://osal.clacso.org/espanol/html/frevista.html>> Acesso em 8 dez. 2005.

DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. Brighton: Harvester, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GIARRACA, Norma. Protesta social en defensa del agua en Tucumán. **Public Citizen**. Disponível em <[http://www.citizen.org/cmep/Water/cmep\\_Water/reports/argentina/articles.cfm?ID=8824](http://www.citizen.org/cmep/Water/cmep_Water/reports/argentina/articles.cfm?ID=8824)>. Acesso em 10 out. 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. New York: International Publishers, 2005.

GRINGO, Emi. La lucha por el derecho al agua: síntesis de la situación en Córdoba. **Mesa de trabajo por los derechos humanos de Córdoba**. Disponível em <<http://www.derechoshumanoscba.org.ar/spip.php?article41>>. Acesso em 10 out. 2006.

HARDY, Cynthia and PALMER, Ian. **Discourse as a strategic resource**. Working paper in human resource management & industrial relations. n. 12. The University of Melbourne: 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos** – Autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, 1985.

PETRELLA, Riccardo. Uma necessidade vital se torna mercadoria. **Cadernos Diplô**, São Paulo, n. 3, 2003a.

SANTOS, Carlos et al. **Agua em movimento**: la resistencia a la privatización del agua em Uruguay. Montevideo: Edición de los autores, 2006.

SUEZ. **International industrial and services group**. Disponível em <<http://www.suez.fr/indexUK.php>>. Acesso em 20 out. 2006.

VARGAS, H., Kruse, T. Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. **Revista del Observatorio Social de America Latina**, n. 2. 2000 Disponível em <<http://osal.clacso.org/espanol/html/frevista.html>> Acesso em 8 dez. 2005.

VEOLIA. **Générale des eaux devient Veolia Eau**. Disponível em <<http://www.generale-des-eaux.com>>. Acesso em 20 out. 2006.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (Ed.) **Latin American Adjustment**: How much has happened. Washington: Institute for International Economics, 1990.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **The Dublin statement on water and sustainable development**. Disponível em <<http://www.wmo.ch/web/homs/documents/english/icwedece.html>>. Acesso em 19 out. 2006.

---

<sup>i</sup> O'Donnell (1985) explica que os governos militares dominaram o Estado através da burocracia.

<sup>ii</sup> O Consenso de Washington é uma expressão cunhada pelo economista John Williamson, que compilou uma lista das políticas de mercado que o governo norte-americano e organismos internacionais consideravam imprescindíveis ao desenvolvimento econômico na América Latina. A lista incluía disciplina fiscal, reforma tributária, desregulamentação da economia, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, revisão das prioridades dos gastos públicos, maior abertura ao investimento estrangeiro direto e fortalecimento do direito de propriedade (WILLIAMSON, 1990). A história se encarregou de provar que o 'desenvolvimento' a que se referia o consenso não beneficiou a América Latina.

<sup>iii</sup> As informações sobre este caso, bem como o de Maldonado, foram obtidas pelo autor em pesquisa de campo.

<sup>iv</sup> O grupo francês *Suez* tem atuação internacional em serviços industriais e de utilidade pública, nos ramos de eletricidade, gás, energia e água. Do total do capital acionário do grupo, 72,6 % pertencem a instituições (não relacionadas no site da empresa) (SUEZ, 2006).

<sup>v</sup> O grupo *Veolia*, que até 2002 era parte do grupo *Vivendi*, também francês, atua na área de distribuição de água e saneamento e tecnologia em meio ambiente. Algumas instituições (não divulgadas no site do grupo) possuem 51,7% do capital acionário (VEOLIA, 2006).

<sup>vi</sup> Esta afirmação foi feita em entrevista concedida ao autor.

<sup>vii</sup> Esta afirmação foi feita em entrevista concedida ao autor.

<sup>viii</sup> Esta afirmação foi feita em entrevista concedida ao autor.